



XI ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL

Dimensões do público:

Comunidades de sentido e narrativas políticas

08 a 10 de julho de 2015 | Niterói - RJ | Universidade Federal Fluminense

Imagens Públicas: os cine-jornais da Agência Nacional na ditadura civil-militar (1967-1979)

Tatyana de Amaral Maia*

O golpe civil-militar de 1964 promoveu uma drástica mudança na relação entre o Estado e a sociedade civil. Aliados de qualquer iniciativa política, os movimentos políticos e sociais, há muito organizados, foram sofrendo com as constantes censuras, perseguições e desaparecimentos de seus integrantes provocados arbitrariamente pelo Estado brasileiro. A sucessão de Atos Institucionais, cujo mais emblemático foi o AI-5 em 13 de dezembro de 1968, sufocou os movimentos sociais por reformas de base. As liberdades individuais e políticas garantidas pela constituição de 1946 foram suspensas em nome da segurança nacional. Ao lado de todo um aparelho de repressão e de censura, os governos militares criaram e financiaram importantes setores na construção de imagens positivas sobre o país, com destaque para temas como desenvolvimento econômico, estabilidade política e a diversidade cultural brasileira. A elaboração de um discurso otimista sobre os rumos da nação foi articulada ao processo de modernização conservadora empreendido pelos governos militares. Os setores como educação, cultura, informação e propaganda passaram a elaborar imagens otimistas sobre o país, com ênfase no discurso cívico.

Na ditadura, os governos militares evitaram o uso ostensivo das propagandas políticas, esquivando-se da comparação com outros regimes autoritários ou ainda com as práticas de personificação do poder largamente adotadas por políticos brasileiros, especialmente, Getúlio Vargas. Contudo, o uso da propaganda no campo político se tornou uma estratégia fundamental dos grupos e lideranças políticas nas sociedades contemporâneas, sendo largamente adotado no país a partir do primeiro governo Vargas (1930-1945), especialmente, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.)¹. A grande capacidade dos meios de comunicação de massas em transmitir e popularizar imagens e discursos dos sucessivos governos, aproximando a população de seus governantes, foi amplamente utilizado como instrumentos de promoção política e de construção do consenso.

*Profa. adjunta da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós-Doutorado em História/Universidade do Porto. Doutorado em História/UERJ. tatyana.maia@puers.br

¹ O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado em 1939 e centralizou as ações de propaganda e censura do Estado Novo (1937-1945).



XI ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL

Dimensões do público:

Comunidades de sentido e narrativas políticas

08 a 10 de julho de 2015 | Niterói - RJ | Universidade Federal Fluminense

Em 1967, no final do governo Castelo Branco, diante da impopularidade do regime e da rejeição da população ao nome do seu sucessor Costa e Silva, os grupos defensores da propaganda política insistiram na necessidade de construir uma imagem positiva sobre o regime e o futuro da nação. A necessidade de controle social e a tentativa de manutenção de apoio ao regime favoreceram a criação ou manutenção de instâncias dedicadas à propaganda política. Carlos Fico, ao se dedicar à análise da propaganda política realizada pela Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), posteriormente, Assessoria de Relações Públicas, ARP, Aerp/Arp, subordinada à Presidência da República, propõe que a ditadura incorporou algumas características da propaganda realizada do Estado Novo e do período democrático (1946-1964), como o nacionalismo e o otimismo, ao mesmo tempo em que se afastava das práticas de personificação do poder. (FICO, 2007:89)

Para além da Aerp/Arp, considero que outros espaços atuaram na promoção de uma imagem pública sobre os governos militares e seu projeto de nação. No período ditatorial, destacam-se as produções midiáticas realizadas pela Agência Nacional, AN, entre 1967 e 1979, período em que a Agência esteve subordinada ao Gabinete Civil da Presidência da República.

O objetivo central desta comunicação é analisar as representações políticas elaboradas pela Agência Nacional durante o período ditatorial, através da análise da sua produção fílmica, com destaque para os cinejornais exibidos nas salas de cinema do país antes de cada sessão. A hipótese trabalhada nesta pesquisa é que as produções midiáticas realizadas pela Agência Nacional, entre 1967 e 1979, tinham como objetivo de fornecer uma imagem pública sobre o regime e o estágio de desenvolvimento do país, ressaltando os elementos de uma cultura política que incorporava traços da utopia autoritária presente nos círculos militares. Esta pesquisa ainda está em sua fase inicial e as hipóteses aqui apresentadas ainda estão sendo consolidadas. Neste sentido, este trabalho é o resultado de uma primeira análise da historiografia e do mapeamento inicial das fontes.

A AN, desde o início de suas atividades em 1945, foi responsável pela divulgação de notícias oficiais, além da produção de filmes e programas radiofônicos dedicados aos temas considerados de interesse nacional - temas cívicos, econômicos, artísticos, sociais e culturais. A Agência adquiriu uma dupla atribuição: a divulgação de notícias oficiais, onde prevaleciam a aparição das personagens políticas, especialmente, presidentes e ministros, com seus rituais de exibição de poder; e a produção de películas de caráter pedagógico sobre o país e a cultura



XI ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL

Dimensões do público:

Comunidades de sentido e narrativas políticas

08 a 10 de julho de 2015 | Niterói - RJ | Universidade Federal Fluminense

nacional. Assim, como propõe Clarissa Castro, desde seu início, "a Agência Nacional e sua macroestrutura voltada à comunicação corresponde a um governo interessado em investir no aparelhamento do Estado brasileiro para lidar com a cultura da mídia e a cultura popular de massa na elaboração de uma imagem pública" (CASTRO, 2009:57).

No período ditatorial, a Agência Nacional continuou elaborando imagens e narrativas dedicadas à promoção do regime e à pedagogia cívica. Ao longo da ditadura, o executivo não descuidou da AN. Ao contrário, foram promulgados vários decretos que alteravam sua estrutura administrativa e ampliavam suas atribuições e presença nos estados brasileiros, o que demonstra certa importância da Agência para o regime.

O objeto cultura visual ingressou no campo da História Cultural renovada associado aos debates promovidos pelos estudos culturais e de mídia, fomentando a construção de um campo de pesquisa interdisciplinar que aproximou a História dos estudos culturais e da semiologia. As pesquisas brasileiras dedicadas ao audiovisual nas últimas décadas têm se apoiado nas abordagens teóricas da história cultural francesa e suas interseções com o universo político. A compreensão das práticas culturais enquanto promotoras de sentidos e representações no mundo social, frutos dos embates de indivíduos e grupos sociais pela hierarquização e legitimação de suas posições historicamente constituídas, trouxe novos objetos de estudo para o campo da história. Como propõe Paulo Knauss, "O campo de estudos da cultura visual pode ser definido, portanto, como o estudo das construções culturais de experiência visual na vida cotidiana, assim como nas mídias, representações e artes visuais." (KNAUSS, 2006:108)

A partir de 1964, as divergências entre os grupos militares sobre a condução do regime e a existência de grupos moderados e radicais ao longo dos sucessivos governos dificultavam a organização de um projeto único de Estado autoritário. Por outro lado, a existência de culturas políticas distintas e concorrentes, ainda que sejam observados traços de semelhança apoiados em tradições políticas e crenças arraigadas na memória coletiva, marcou as disputas pelo poder entre os diversos grupos políticos ao longo dos anos de 1960 e 1970. Essas culturas políticas permaneceram circulando entre os grupos sociais, ainda que fortemente reprimidas, após o golpe. Neste quadro, é possível observar o empenho de diversos setores do governo de imprimir uma orientação coordenada ao regime. Para Rodrigo Pato Motta, é possível observar uma pluralidade de culturas políticas integrando e disputando um mesmo espaço nacional,



XI ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL

Dimensões do público:

Comunidades de sentido e narrativas políticas

08 a 10 de julho de 2015 | Niterói - RJ | Universidade Federal Fluminense

ainda que em determinados momentos históricos seja possível perceber a predominância de uma cultura política sobre as demais. Os grupos políticos concorrem na definição e promoção de uma cultura política que melhor lhes represente. Como propõe o autor, a força do conceito reside na compreensão de que as ações políticas estão intimamente relacionadas com crenças, tradições, práticas e representações que favorecem a coesão dos grupos que integram um espaço nacional. A(s) cultura(s) política(s) necessariamente produzem representações sobre o passado assim como esboçam projetos políticos para o futuro, fornecendo uma identidade a um determinado grupo (MOTTA, 2009:21).

Na ditadura, a cultura política predominante na condução das políticas públicas estava amparada na utopia autoritária presente no interior das Forças Armadas. Para Maria Celina D'Araújo, Gláucio Soares e Celso Castro, a partir da eleição de Costa e Silva, "essa utopia autoritária estava claramente fundada na ideia de que os militares eram, naquele momento, superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral" (D'ARAÚJO et al, 1994:9). Para Carlos Fico, a utopia autoritária funcionava como um elemento aglutinador dos grupos militares que disputavam o poder atravessando as principais instâncias de repressão e controle (polícia política, espionagem, censura e propaganda). A partir de então, a cultura política elaborada pelo regime traz consigo dois componentes que organizavam a ação dos militares: de combate à corrupção e ao comunismo, por um lado; e outro pedagógico, civilizacional, de "educar o povo brasileiro", imbuí-lo do espírito cívico amparado nas tradições nacionais. (FICO, 2004:273)

Assim, espero demonstrar com o avanço da pesquisa que os cinejornais contribuíram para a elaboração de representações do mundo social que comportassem em sua dimensão constitutiva uma imagem pública baseada na utopia autoritária, através da produção de narrativas e imagens que fortaleciam a tríade desenvolvimento econômico, grandeza nacional e ordem social. A dinâmica discursiva das produções da Agência Nacional traz indícios da continuidade de elementos gestados no período anterior, inclusive pela permanência de jornalistas atuantes na AN desde 1946. Ao longo da ditadura, porém, observa-se como prática discursiva oficial a difusão do otimismo articulado ao projeto modernizador autoritário. A corrente otimista cujos vestígios no pensamento social brasileiro remetem a segunda metade do século XIX é "reinventada", como propôs Carlos Fico, na ditadura civil-militar através da produção simbólica elaborada pelos diversos agentes e agências atuantes na ditadura. As



XI ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL

Dimensões do público:

Comunidades de sentido e narrativas políticas

08 a 10 de julho de 2015 | Niterói - RJ | Universidade Federal Fluminense

ideias-força de tradição, brasilidade, mestiçagem, país continental foram associadas à leitura desenvolvimentista de um futuro glorioso, capitalista e ocidental produzidas pelo discurso otimista amplamente difundido por mecanismos governamentais. (FICO, 2007:28)

No ano de 1967, a Agência Nacional deixou de ser subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores passando a integrar o Gabinete Civil da Presidência da República. Em 1968, a AN ganhou autonomia financeira e administrativa, mas manteve-se subordinada ao Gabinete Civil. Um ano depois, foi criado um Grupo de Trabalho para estudar a possibilidade de divulgar a imagem do país no exterior, integrado ao Ministério das Relações Exteriores. Em 1969, com a reforma administrativa promovida pelo Estado, a AN sofreu alterações na sua estrutura e passou a estar dividida em cinco setores: Direção-Geral (DG), Divisão de Informações (DI), Divisão de Telecomunicações (DT), Divisão Audiovisual (DAV), Divisão de Administração (DA). A partir de então, será o setor de Divisão do Audiovisual, o responsável pela elaboração dos filmes produzidos pela Agência².

As cenas discursivas e imagéticas difundidas pelos cinejornais buscavam ordenar os eventos selecionados dando visibilidade às ações empreendidas pelo regime. Mas, não só isso. A seleção das notícias buscava evidenciar a existência de um projeto coeso e planejado do regime para o país. Para além do caráter da propaganda política, os cinejornais também elaboram uma cultura visual sobre os arquétipos culturais que pretendiam forjar a nação e sintetizar a identidade nacional, assim como incentivar hábitos, comportamentos, formas de agir e padrões morais considerados necessários ao convívio social, adotando o aspecto pedagógico, civilizacional da utopia autoritária fomentada pela ditadura.

O cinejornal *Brasil Hoje* produzido pela Agência Nacional tinha um caráter oficial e buscava construir uma imagem pública sobre o regime e o país elaborada a partir dos múltiplos interesses envolvidos na produção da obra, onde se estabelece com o espectador uma relação previamente marcada pelas categorias de verdade e autenticidade, marcas deste tipo de produção. O cinejornal ao ser exibido apaga as marcas da sua produção, ou seja, desaparece da película a teia de discursos que envolve a produção midiática. O filme em tela é resultado final de um processo que envolve múltiplos agentes que concorrem na produção e circulação dos filmes, desde os contratantes até o Estado com seus instrumentos de produção,

² Fonte: Sistema de Informação do Arquivo Nacional - SIAN. www.an.gov.br/sian/Multinivel. acesso: 10 de janeiro de 2014



XI ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL

Dimensões do público:

Comunidades de sentido e narrativas políticas

08 a 10 de julho de 2015 | Niterói - RJ | Universidade Federal Fluminense

distribuição e até de censura, especialmente, durante a ditadura militar. Afinal, esses agentes produtores do audiovisual na AN não estão isolados do corpo social, ao contrário, tecem laços com a sociedade e o aparelho estatal, o que lhes garante uma identidade e legitima sua posição no tecido social. Como propõe Eduardo Morettin, o filme produz sentidos sobre os temas abordados, ele não é um simples documento-reflexo da sociedade que o produziu. Assim, a produção cinematográfica, ficcional ou documentário, é o resultado da ação de uma multiplicidade de agentes que concorrem na produção da obra, cuja associação entre imagem e texto produz efeitos de sentidos (MORETTIN, 2003:11-42).

No caso dos cinejornal *Brasil Hoje*, observamos um padrão homogêneo na apresentação do noticiário: primeiro, os assuntos do universo político, preferencialmente, com a presença do presidente da República ou ministros de Estado; em seguida, temas dedicados à economia, educação e cultura. É possível observar os agenciamentos da imagem na conformação do ideário otimista e desenvolvimentista propagado pelo regime. Essa produção audiovisual tinha como função promover o enquadramento da memória social, na busca pela construção do consenso e do apoio ao regime.

A análise da produção realizada pela Agência Nacional favorece a compreensão da dinâmica do regime, o que incluía a construção de uma imagem pública sobre os militares no poder e suas expectativas no processo de modernização do país. Dessa forma, essa pesquisa pretende contribuir com a revisão historiográfica atual dedicada à análise da multiplicidade de agentes políticos que concorreram na orientação do regime. A imagem pública tem como função prioritária a encenação pública do poder e carrega consigo os agenciamentos políticos que envolvem sua produção. Assim, os cinejornais projetam nas telas dos cinemas fragmentos da realidade resignificados a favor de uma memória sobre o regime e a nação, num processo contínuo de disputas sobre os sentidos sociais que forjam a opinião pública. A produção audiovisual oficial pretende dar visibilidade e coerência às iniciativas governamentais, carregando consigo traços da utopia autoritária. No entanto, também concorre com outros veículos pelas memórias sociais, disputando no espaço coletivo as representações do mundo social.

Referências bibliográficas:



XI ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL

Dimensões do público:

Comunidades de sentido e narrativas políticas

08 a 10 de julho de 2015 | Niterói - RJ | Universidade Federal Fluminense

- KNAUSS, P. "O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual". *ArtCultura*, Uberlândia, vol.8, n.12, jan-jun 2006, p.97-115
- MORETTIN, E. "O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro." *História: Questões & Debates*, UFPR, Curitiba, n. 38, 2003, pp. 11-42.
- CASTRO, C. M. *O governo democrático de Getúlio Vargas através dos Cinejornais*. dissertação de mestrado. PPGH:UFF, 2013. mimeo.
- D'ÁRAUJO, C.; SOARES, G. A.; CASTRO, C. *1964: visões do golpe*. A memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994;
- FICO, C. "A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura." In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. *O golpe militar e a ditadura: 40 anos depois*. Bauru, SP, EDUSC, 2004. pp. 265-276;
- FICO, C. *Reinventando o Otimismo*. ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997;
- MOTTA, R. P. S. *Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997;
- MOTTA, R. P. S. "Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia". In: MOTTA, R. P. S. (org.). *Culturas políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, pp.13-38.